

19 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando esmeradamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação».

20 — O Júri tem a seguinte composição:

Presidente: Maria La Salette Santos dos Anjos — Diretora da Unidade de Apoio à Direção do Centro Distrital de Braga;

1.º Vogal Efetivo, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos: Vânia Catarina Pinto Lopes Cunha Leite — Diretora do Núcleo de Apoio Jurídico, da Unidade de Apoio à Direção, do Centro Distrital de Braga;

2.º Vogal Efetivo: Arnaldo Manuel Vieira Costa — Técnico Superior da Unidade de Apoio à Direção do Centro Distrital de Braga;

1.º Vogal Suplente: Joana da Silva Martins Machado — Diretora do Núcleo de Gestão do Cliente do Centro Distrital de Braga;

2.º Vogal Suplente: Rita Cristina de Castro Ferreira Paiva — Diretora da Unidade de Desenvolvimento Social do Centro Distrital de Braga.

21 — Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, o presente Aviso será publicitado na 2.ª série do *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil subsequente à publicação no *Diário da República* e na página eletrónica do ISS, I. P. (www.seg-social.pt).

4 de junho de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
312358392

Aviso (extrato) n.º 10699/2019

Em cumprimento do disposto na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (adiante designada por LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, reunidas as condições previstas no artigo 99.º-A, aditado à LTFP pelo artigo 270.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e após obtenção dos pareceres prévios favoráveis da Secretária de Estado da Segurança Social e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, foram consolidadas definitivamente as mobilidades intercarreiras na carreira e categoria de técnico superior, dos trabalhadores constantes na lista abaixo, com efeitos a 01 de janeiro de 2018, no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P., tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Nome	Centro Distrital
Anabela Tavares Pereira Silva . . .	Centro Distrital de Aveiro.
Cláudia Raquel Ribeiro Lopes Ramos	Centro Distrital de Aveiro.
Manuela Cristina Duarte Alves . . .	Centro Distrital de Aveiro.
Maria Fátima Marques Ferreira . . .	Centro Distrital de Aveiro.
Maria Rosário Pedro Costa Ferreira	Centro Distrital de Aveiro.
Novais.	
Maria Helena Valente Pires	Centro Distrital de Aveiro.
Maribel Vaz Jesus.	Centro Distrital de Aveiro.
Olinda Maria Godinho Bastos Andrade.	Centro Distrital de Aveiro.
Maria Virgínia Ferreira Luzio	Centro Distrital de Bragança.
Inês Gabriela Prata Matos Afonso	Centro Distrital de Castelo Branco.
Semião.	
Alda Manuela Simões Gonçalves. . . .	Centro Distrital de Coimbra.
Ana Paula Inácio Barata.	Centro Distrital de Coimbra.
Cristina Gomes Morais	Centro Distrital de Coimbra.
Gabriela Maria Cardoso Amaro	Centro Distrital de Coimbra.
Helena Maria Filipe Silva Costa	Centro Distrital de Coimbra.
Mendes.	
Julieta Mendes Pedro.	Centro Distrital de Coimbra.
Maria Fátima Albuquerque Dias	Centro Distrital de Coimbra.
Maria Isabel Mendes Carnim.	Centro Distrital de Coimbra.
Maria Manuela Mendes Cruz.	Centro Distrital de Coimbra.
Paula Alexandra Dinis Ribeiro Marques Campos.	Centro Distrital de Coimbra.
Regina Maria Silva Torcato	Centro Distrital de Coimbra.
Raquel Cruz Pereira Gonçalves Campelos.	Centro Distrital de Faro.
Ana Mafalda Paulo Cunha Marques	Centro Distrital de Lisboa.
Ana Paula Fonseca Silva Cunha	Centro Distrital de Lisboa.
Barbara Valadas Oliveira Lopes. . . .	Centro Distrital de Lisboa.
Maria Carolina Juliana Monteiro	Centro Distrital de Lisboa.
Maria Margarida Guerra Lucas Ribeiro.	Centro Distrital de Lisboa.

Nome	Centro Distrital
Maria Paula Jorge Farinha Santos	Centro Distrital de Lisboa.
Marta Piedade Mendes Rodrigues Santos Cruz.	Centro Distrital de Lisboa.
Nélia Maria Mota Correia	Centro Distrital de Lisboa.
Susana Patrícia Pereira Perpétua	Centro Distrital de Lisboa.
Paula Alexandra Borba Roque.	Centro Distrital de Portalegre.
Ana Paula Matias Leite	Centro Distrital do Porto.
Ana Paula Nogueira Silva	Centro Distrital do Porto.
Carla Mónica Rodrigues Sá Pereira	Centro Distrital do Porto.
Carlos Eduardo Machado Pinheiro	Centro Distrital do Porto.
Cristina Paula Almeida Sousa Fernandes.	Centro Distrital do Porto.
Efigénio Pereira	Centro Distrital do Porto.
Elisa Beatriz Carvalho Pereira.	Centro Distrital do Porto.
Francisca Benvinda Lousada Ribas	Centro Distrital do Porto.
Idalina Maria Ferreira Costa	Centro Distrital do Porto.
Inês Matias Leite	Centro Distrital do Porto.
Isabel Cristina Mota Oliveira.	Centro Distrital do Porto.
Joana Francisca Trigueiros Silva Cunha.	Centro Distrital do Porto.
Justino Martins Pereira Viana	Centro Distrital do Porto.
Linda Lígia Araújo Ribeiro	Centro Distrital do Porto.
Luisa Fátima Sousa Leite Silva	Centro Distrital do Porto.
Maria Alexandrina Macedo	Centro Distrital do Porto.
Maria Amélia Taipa Correia Andrade	Centro Distrital do Porto.
Maria Antónia Cordeiro Perú Pascoal Lopes.	Centro Distrital do Porto.
Maria Armanda Meireles Soares Martins.	Centro Distrital do Porto.
Maria Céu Dias Gonçalves Monteiro	Centro Distrital do Porto.
Maria Conceição Martins Oliveira	Centro Distrital do Porto.
Ámen Nogueira	
Maria Cristina Ribeiro Carlos	Centro Distrital do Porto.
Maria Filomena Nunes Dias Coelho	Centro Distrital do Porto.
Maria Glória Silva Leite	Centro Distrital do Porto.
Maria Manuela Conceição Pimenta Azevedo Gonçalves.	Centro Distrital do Porto.
Maria Manuela Fernandinha Domingues.	Centro Distrital do Porto.
Maria Margarida Mota Costa.	Centro Distrital do Porto.
Marisa Pimentel Batista Cerqueira Dias	Centro Distrital do Porto.
Marta Catarina Leitão Carvalho Gomes Leite.	Centro Distrital do Porto.
Micaela Dores Nóbrega Rodrigues	Centro Distrital do Porto.
Paula Manuela Durais Teixeira Carvalho.	Centro Distrital do Porto.
Paula Fernanda Fernandes Matias	Centro Distrital do Porto.
Ricardo Manuel Gonçalves Serrano	Centro Distrital do Porto.
Rosa Margarida Moreira Guedes. . . .	Centro Distrital do Porto.
Sandra Adelaide Amaro Carmo Carvalho.	Centro Distrital do Porto.
Sofia Alexandra Oliveira Santana Silva.	Centro Distrital do Porto.
Vitória Augusta Monteiro Barros Figueiredo.	Centro Distrital do Porto.
Liliana Cristina Oliveira Ferra	Serviços Centrais.
Paula Cristina Prudêncio Pina	Serviços Centrais.
Paulo Jorge Santos Alves.	Serviços Centrais.
Maria Nazaré Afonso Coutinho Lima	Centro Distrital de Viana do Castelo.

6 de junho de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
312365682

SAÚDE

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 5975/2019

A transplantação de órgãos reveste-se de importância primordial para a saúde dos doentes, na medida em que oferece grandes benefícios terapêuticos e é, em situações de falência terminal de órgãos, o único tratamento disponível.

O primeiro transplante de órgãos em Portugal foi realizado com rim de dador vivo, em 20 de julho de 1969, nos Hospitais da Universidade de Coimbra, por uma equipa médica liderada pelo Professor Linhares Furtado. Mais de uma década depois, em 1980, foram feitos os primeiros transplantes com rim de dador falecido. Sucederam-se outros transplantes de órgãos, fígado, coração, pâncreas, pulmão, bem como transplantes de tecidos e células. Nos últimos 30 anos a transplantação em Portugal tem tido um desenvolvimento notável, assistindo-se a um aumento progressivo dos níveis de doação e a uma evolução técnica e organizacional que colocaram Portugal na vanguarda da transplantação mundial.

A disponibilidade de órgãos para transplantação depende exclusivamente da generosidade dos cidadãos, da sua predisposição para a dádiva voluntária e gratuita em vida ou após a morte. A doação de órgãos é um gesto de extremo altruísmo, um dos maiores atos de generosidade entre os seres humanos. É também crucial o envolvimento e esforço, quer dos profissionais que no seu dia-a-dia se dedicam à identificação de todos os potenciais dadores de órgãos e tecidos, procurando fazer face à escassez de órgãos, existente à escala global, quer de todos os profissionais de saúde envolvidos na transplantação.

Justifica-se, por isso, a instituição de um Dia Nacional da Doação de Órgãos e da Transplantação, tal como tem vindo a ser reclamado pela Sociedade Portuguesa de Transplantação, como reconhecimento aos dadores e famílias, aos profissionais de saúde, assim como para recordar à sociedade que a doação de órgãos ajuda a salvar a vida ou contribui para melhorar a qualidade de vida de muitos doentes, tornando, assim, mais conhecido o seu significado.

Assim, determino:

1 — É instituído o Dia Nacional da Doação de Órgãos e da Transplantação, destinado à realização dos atos comemorativos da doação e transplantação de órgãos.

2 — Para esse fim é designado o dia 20 de julho de cada ano, em comemoração da data da realização do primeiro transplante de órgãos em Portugal.

3 — As entidades promotoras de iniciativas com vista a assinalar esse dia articulam-se, neste contexto, com o IPST, I. P., no âmbito das suas atribuições.

17 de junho de 2019. — A Ministra da Saúde, *Marta Alexandra Fartura Braga Temido de Almeida Simões*.

312384417

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Saúde

Portaria n.º 406/2019

O Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, E. P. E., foi autorizado a proceder à aquisição de gases medicinais e industriais, para o período de 2017 a 2018, através do Sistema Central de Encargos Plurianuais do Ministério das Finanças, mediante a Portaria n.º 150/2017, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 14 de junho de 2017.

Verificando-se a impossibilidade de executar financeiramente o encargo no escalonamento inicialmente previsto, torna-se necessário autorizar o reescalonamento do referido encargo, de forma a ajustá-lo ao período real de execução do contrato, transferindo a sua vigência para o período de 2017 a 2020, sendo que o novo prazo de execução encontra-se abrangido pela autorização anterior e não aumenta o valor total da despesa previamente autorizada.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Adjunto e da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação, e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, e na alínea *b*) do n.º 9 e n.º 10 do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, o seguinte:

1 — A presente portaria procede ao reescalonamento dos encargos plurianuais autorizados pela Portaria n.º 150/2017, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 14 de junho de 2017, até ao montante de 1.523.064,03 EUR (um milhão, quinhentos e vinte e três mil, e sessenta e quatro euros e três cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, referente à aquisição de gases medicinais e industriais, que não excederá, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2017: 7.287,50 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
2018: 367.474,94 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
2019: 748.891,94 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
2020: 399.409,65 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

2 — A importância fixada para cada ano económico pode ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.

3 — Os encargos objeto da presente portaria são satisfeitos, por verbas adequadas do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, E. P. E.

5 de junho de 2019. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

312365828

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Aviso (extrato) n.º 10700/2019

Nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e dado não terem sido apresentadas reclamações da lista homologada por despacho de 04 de dezembro de 2018, de Sua Excelência a Ministra da Saúde, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 18 de março de 2019, e nesta mesma data, no Jornal Público e no site da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, publica-se a lista definitiva de bens imóveis do domínio privado da Administração Regional de Saúde do Norte, IP.

16 de maio de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., *Carlos Aberto de Jesus Nunes*.